

HIGIENISMO E EDUCAÇÃO EM GRUPOS ESCOLARES PERNAMBUCANOS (1911-1930)

HIGIENISMO Y EDUCACIÓN EN LOS GRUPOS ESCOLARES DE PERNAMBUCAN (1911-1930)

HYGIENISM AND EDUCATION IN PERNAMBUCO SCHOOL GROUPS (1911-1930)

ARANTES, ADLENE SILVA

Doutora em Educação (PPGE/UFPB); Professora da Universidade de Pernambuco (UPE)

RESUMO

O objetivo deste texto foi compreender quais as orientações dos médicos para a promoção de uma educação higiênica nos grupos escolares no espaço pernambucano no período de 1911 a 1930. Para tanto analisamos documentos da instrução, relatórios de grupos escolares, legislação educacional e teses de medicina sobre higiene do período estudado. Nos baseamos teórica e metodologicamente na história Cultural, e em estudos relacionados à história da educação no Brasil. Percebemos que os grupos escolares pernambucanos foram criados tardiamente se comparados aos grupos de outros estados brasileiros. Para garantir o bom funcionamento nos referidos grupos uma série de orientações higiênicas deveriam ser seguidas com o objetivo de garantir o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos alunos. Para higienizar a escola e, conseqüentemente, a sociedade era preciso que a educação e a medicina atuassem juntas no sentido de salvar a nação e a pátria brasileira que se queria sadia e regenerada.

PALAVRAS CHAVE: Grupos escolares, higienismo, Pernambuco.

RESUMEN

El objetivo de este texto fue comprender cuáles son las pautas de los médicos para la promoción de la educación higiénica en los grupos escolares de Pernambuco desde 1911 hasta 1930. Para ello, se analizaron documentos de instrucción, informes de grupos escolares, legislación educativa y tesis médicas sobre Higiene del período estudiado. Nos basamos teórica y metodológicamente en la Historia de la Cultura y en estudios relacionados con la Historia de la Educación en Brasil. Notamos que los grupos escolares de Pernambuco se crearon tarde en comparación con los grupos de otros estados brasileños. Para garantizar el buen funcionamiento de los grupos referidos, se deben seguir una serie de pautas higiénicas con el fin de garantizar el desarrollo físico, intelectual y moral de los estudiantes. Para sanear la escuela y, en consecuencia, la sociedad, la educación y la medicina debían trabajar juntas para salvar la nación y la patria brasileña que quería estar sana y regenerada.

PALABRAS CLAVE: Grupos escolares, higiene, Pernambuco

ABSTRACT

The purpose of this paper was to understand the orientations of physicians for the promotion of hygienic education in school groups in Pernambuco from 1911 to 1930. To this end, we analyzed instructional documents, reports of school groups, educational legislation and theses on medicine. hygiene of the period studied. We are based theoretically and methodologically on Cultural history, and on studies related to the history of education in Brazil. We realize that Pernambuco school groups were created late compared to groups from other Brazilian states. To ensure the proper functioning of these groups, a series of hygienic guidelines should be followed to ensure the physical, intellectual and moral development of students. To sanitize the school and, consequently, society needed education and medicine to work together to save the nation and the Brazilian homeland that was wanted healthy and regenerated.

KEYWORDS: School groups, hygiene, Pernambuco

INTRODUÇÃO

No final do século XIX o regime republicano passou a vigorar no Brasil e, na tentativa de se estabelecer como tal, procurou firmar-se como uma nação pautada em ideais de progresso e civilidade. Para alcançar tais ideais, a educação foi vista como uma ferramenta fundamental. Nesse projeto republicano, interessava às autoridades – chefes da Nação, de Estados e municípios – incorporar os cidadãos brasileiros à nação. Mas esta incorporação deveria vir civilizada e ajustada ao progresso pretendido. Nesse contexto, as reformas educacionais foram acontecendo nos estados com o objetivo de proporcionar à nação a civilização e o progresso tão almejados.

Nesse contexto Nagle (1974) menciona que vivíamos em constante tensão com os rumos políticos e sociais que tomavam a República e a ação dos movimentos sociais em prol da educação. O período chamado de “*entusiasmo pela educação*” originou-se do ideal republicano de democratização do ensino para o soerguimento da nação. Acreditava-se que a educação era o caminho para o desenvolvimento econômico e a regeneração nacional. Entretanto, passado o primeiro momento de euforia iniciou-se uma segunda fase, na qual a frustração se estabeleceu na sociedade brasileira em virtude do não cumprimento das promessas e ideias que foram pensados pelos intelectuais e políticos que participaram de forma mais efetiva no processo de instauração do novo regime político brasileiro – A República.¹

Com o advento da 1ª Guerra Mundial foi retomada a onda do nacionalismo que realimentou o civismo e o patriotismo. No âmbito educacional, já na década de 1920, estabeleceu-se o chamado “*otimismo pedagógico*” que lançou as raízes que posteriormente permitiram que se criasse um quadro de transformações da educação escolar, matizado pelos ideais da Escola Nova. Esses ideais inicialmente importados do exterior sofreram mudanças gradativas ao longo das primeiras décadas do século XX, traduzidas pelas diversas formas educacionais que não alteraram a estrutura educacional, mas proporcionaram condições favoráveis para as futuras alterações que dependeram, sobretudo, das transformações no comando do poder político da nação, ocorrido somente a partir de 1930 (NAGLE, 1974).

Em meio à efervescência dos movimentos do otimismo pedagógico e do entusiasmo pela educação é que ocorre a expansão dos grupos escolares por quase todo o Brasil, ou seja, tal fenômeno foi fruto dessas mudanças com vistas a democratizar o ensino e incorporar ideias de renovação para o ambiente escolar que fazia parte do projeto republicano de civilidade da nação brasileira, conforme analisaram Souza (1998), Faria Filho (2000), Pinheiro (2002), Azevedo (2009), entre outros.

Diante do exposto, buscamos nesse texto que é fruto de uma pesquisa mais ampla², compreender quais as orientações dos médicos para a promoção de uma educação higiênica nos grupos escolares no espaço pernambucano no período de 1911 a 1930. Nos baseamos teórica e metodologicamente na história Cultural, e em estudos relacionados à história da educação no Brasil. A periodização abrange a lei n.1140 de 11 de Junho 1911 que instituiu a criação dos grupos escolares no estado de Pernambuco e as reformas de ensino idealizadas por Ulysses Pernambucano (1923), Carneiro Leão (1928) e Aníbal Bruno (1931). Tais reformas buscaram, além de implementar os ideais escolanovistas, estabelecer distinções sociais baseadas nos estudos de teorias raciais difundidas em nosso país, objetivando resolver o *“problema racial brasileiro”*. Para tanto iniciamos a nossa discussão destacando a publicação da Lei nº 1.140 de 11 de junho de 1911, que estabeleceu a criação dos grupos escolares em Pernambuco e o Regulamento de 1912, que prescreveu as normas para a implementação da referida lei. Analisamos também documentos da instrução, relatórios de grupos escolares, legislação educacional e teses de medicina sobre higiene do período estudado

Nesse sentido, não podemos esquecer, como disse Souza (1999) que as leis do ensino buscaram instituir um discurso sobre a escola, incorporando concepções sobre a organização espacial, temporal, administrativa e didático-pedagógica. Na formulação política da institucionalização de uma nova escola primária para a formação do cidadão republicano, o Estado valeu-se amplamente de leis e reformas do ensino público, numa clara ofensiva normatizadora. Todos os aspectos da organização escolar passaram a ser regulamentados com preciosos detalhes:

1

[illegible]

² Realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da Universidade Federal da Paraíba- UFPB e contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco -FACEPE.

Prescrições sobre o tipo de escolas, localização e provimento, normas para a matrícula e frequência, sobre os programas de ensino e o método, o material escolar, a forma de fiscalização e controle das escolas, as competências de professores, diretores e funcionários, a escrituração burocrática, a higiene escolar, a disciplina dos alunos, prêmios e punições, o calendário escolar e o emprego do tempo (SOUZA, 1999: 130).

Com a análise da historiografia sobre a educação na República, percebemos que para concretizar o projeto republicano de civilidade da nação brasileira, foi preciso empreender esforços não apenas nos recursos ligados à economia e desenvolvimento dos interesses tecnológicos e materiais, mas foi necessário contar também com o progresso dos cidadãos brasileiros. Assim, além das intenções de progresso econômico, a construção de um imaginário em torno da educação escolar, como lugar de realização de um processo de civilização e de governo sobre a população fez parte da própria constituição da forma escolar moderna. (VINCENT, LAHIRE, THIN, 2001).

Conforme as proposições elaboradas por Elias (1994: 24), o conceito de civilização engloba certa polissemia e não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais. Nesse sentido, "o conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos" e isso, torna difícil precisar tudo o que se pode entender como civilização. Para tanto, o autor investigou o processo civilizatório no contexto da Europa Ocidental do século XVII até o século XX, marcado pelas transformações sociais e políticas ocorridas. Aquela realidade concretizou a transformação que os homens operaram na natureza física, produções técnicas, científicas ou sociais, ampliando a capacidade de criar formas de convivência, definindo padrões, condutas e sentimentos. Para Elias (1994:24) o conceito de civilização expressa também a própria *"consciência que o Ocidente tem de si mesmo (...). Resume tudo em que a sociedade ocidental nos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas"*. De outra maneira, podemos afirmar também o modo como algumas sociedades, mesmo sendo ocidentais, consideram outras como superiores. Para exemplificar isto mencionamos as considerações – como se verá no decorrer deste trabalho – em que muitos dos dirigentes políticos e da educação brasileira fizeram articulações tomando como referência os discursos produzidos na Europa e nos Estados Unidos, que eram consideradas nações mais adiantadas, ou seja, com maior índice de progresso e civilidade.

Os médicos defendiam que fossem respeitados os preceitos de higiene na construção e manutenção dos edifícios escolares, *"desde as instalações físicas, mobiliário, organização e seleção de métodos de ensino e material pedagógico, até a preservação da saúde do aluno e da comunidade escolar"* (JORGE, 1924: 28). Tais prescrições influenciaram enormemente a organização do ensino, que pretendia abarcar desde suas metodologias e conteúdos até a formação do docente, os espaços e tempos do ensino e a relação com as crianças, as famílias e a cidade.

O prédio escolar: uma arquitetura diferenciada nos moldes higiênicos

Constava no Regulamento de 1912 que o governo, na época Emydio Dantas Barreto (1911-1915), providenciara a construção de prédios escolares de acordo com os preceitos higiênicos e recursos financeiros do estado. Também foi autorizado o aluguel de prédios com acomodações necessárias, enquanto não os construíssem. Todavia foi a partir de 1928 que foram estabelecidas mais detalhadamente as normas para a construção destes prédios. Constava no Regimento específico, destinado aos grupos escolares e às escolas isoladas, que nenhum prédio escolar poderia ser construído sem que a Diretoria Técnica de Educação fosse consultada.

Para que o prédio fosse construído era necessário, obrigatoriamente, possuir bebedouros higiênicos, sala de aula de 50 metros quadrados em média, pátio para educação física, pavilhão coberto para ginástica, nunca inferior a 10 X 20m, lavatórios, banheiros e uma privada para cada grupo de quarenta alunos (PERNAMBUCO, 1928a)

Analisando teses de medicina que circulavam em Pernambuco no período estudado percebemos algumas especificações para a construção dos prédios escolares. Tratava-se de orientações que iam desde a escolha do terreno para a construção dos prédios escolares, passando pelos materiais de construção, quantidade de alunos em sala, entre outros, como serão abordados a seguir.

Aloysio da Silva Lima Jorge³ (1924) nos dá orientações precisas quanto à construção dos prédios escolares nos moldes higiênicos.

³ Na tese intitulada *Hygiene Escolar* (cadeira de Higiene), apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia para obter o grau de doutor em Medicina em 1924.

O terreno deve ser seco, calcareo e silicioso (...) são permeáveis e evitam a estagnação das águas, impedindo assim, a humidade. Além disso, deve ser um pouco elevado e ter um ligeiro declive para favorecer o escoamento das águas (...). Os tijolos devem ser bem secos e cozidos semelhantes aos de fabrico Francês, que são perfurados longitudinalmente, permitindo por isso a aeração através das paredes (...). As paredes devem ter uma espessura tal que impeça que o ar interior do prédio se modifique sob a influência das variações atmosféricas circunvizinhas. (...) as telhas de cobertura devem ser de argilla ou barro e não de metal, porque estas aquecem muito e mantêm o calorico por muito mais tempo⁴. (JORGE, 1924: 7-13).

O referido autor partia do pressuposto de que o objetivo da higiene escolar era melhorar a raça. Nesse sentido, mencionava que se aliássemos o cultivo do espírito ao cultivo do corpo seríamos um povo forte intelectual e fisicamente. Ainda em relação ao prédio escolar, as orientações de Dinorah Bittencourt Moscoso⁵ (1930) eram as seguintes:

O edifício das escolas deve ser construído em local salubre, bem ventilado e com janelas rasgadas, amplas a comunicarem as crianças com a natureza, evitando-se com o máximo cuidado:

- a) a vizinhança de pântanos;
- b) a contiguidade de prédios mais altos que impeçam a ventilação e a iluminação necessária;
- c) a proximidade de fábricas e usinas ou quaisquer estabelecimentos industriais afim de que a fumaça ou maus cheiros não perturbem o regular funcionamento das aulas, bom como a proximidade de cemitérios (só tolerados a mais de 300 metros) hospitais (com 500 metros pelo menos de distancia) casernas, quartéis, mercados, matadouros, etc. (MOSCOSO, 1930, p. 4).

Ambos os autores concordam que internamente as pinturas das salas de aula deveriam ser claras (não brancas), alegres. Para Jorge (1924: 15-16), por exemplo,

As cores das paredes devem ser nem muito claras nem muito sombrias. O branco deve ser rejeitado, porque reflectindo muito a luz, produz fadiga ocular.

Escolherem-se as cores claras e alegres, preferindo-se a verde, amarela, a cinza, a azul clara. A pintura a óleo, se preferida, não deve conter alvaide de chumbo ou substâncias outras que sejam prejudiciais; o alvaide de zinco é aconselhado como inofensivo.

Em relação à estrutura física das escolas, os autores mencionam que estas só poderiam ter escadas, por exemplo, quando elas não pudessem ser evitadas. Nesse caso, deveriam ser largas, retas, protegidas por corrimãos, não se permitindo as de volta (tipo caracol ou encurvadas), por serem perigosas. No que dizia respeito à classe propriamente dita, Jorge (1924: 25) afirmava que,

E' da casa escolar o ponto que merece mais cuidado, porquanto é ali que os alumnos ficam por mais tempo para os exercicios, e onde, por conseguinte, as causas que lhes forem nocivas agirão com mais plausibilidade de exito, por isso, alguém encarando o valor da classe, chamou-a de capital pedagogico da escola e disse-o bem, procurando assim mostrar a sua importancia, fazendo ver ser o ponto principal da casa escolar, e para onde com mais esmero se deve voltar as vistas e cuidados, por isso mesmo que é capital.

Além das medidas gerais de higiene que deveriam ser observadas na construção da casa escolar, era necessário observar rigorosamente as medidas de higiene destinadas particularmente à classe, isto é, à sala das aulas, pois era consenso unânime entre os autores que discutiam higiene na época, que as salas de aulas tivessem a forma retangular.

O número de alunos que aí tinham de reunir-se deveria ser estipulado e “submeter-se sempre a um calculo, a proporção entre os alunos, e a dimensão do recinto onde vão ficar, e, para logo, se percebe as vantagens que advêm d'essas observações, no duplo ponto de vista hygienico e pedagogico” (JORGE, 1924: 26, Itálicos adicionados). As salas deveriam abrigar confortavelmente um grupo de 40 alunos⁶ e deveriam ter 62m² para que cada aluno dispusesse de 1m

⁴ Vale ressaltar que mantivemos a grafia original das fontes com as quais trabalhamos.

⁵ Defendeu a tese intitulada *A Higiene na escola* (cadeira de hygiene) na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1930.

⁶ Segundo os documentos por nós consultados havia um grande debate sobre o número ideal de alunos para cada sala de aula, os franceses admitiam 50, os americanos 40 para as classes inferiores e 50 para as demais classes. Já os alemães, belgas, suíços, italianos defendiam 40 por classe. Todavia, alguns higienistas no Brasil propunham a redução para apenas 30 alunos para cada sala de aula.

e 25c e tenha uma cubagem de 5 metros. Os higienistas achavam que a cubagem não poderia ser menor que 6 metros. (MOSCOSO, 1930). Para Jorge (1924:26), as salas deveriam

[...] ter dimensões rigorosamente prescriptas, serem ventiladas de modo a impedir a estagnação do ar corrompido pela respiração pulmonar e perspiração cutânea dos escolares, terem uma orientação favorável à penetração dos raios solares, em benefício dos olhos dos alunos, e apresentarem boas condições acusticas. Era um quociente disciplinar e de confortabilidade para o professor e alunos.

O autor continuava explicitando as desvantagens de uma sala com o número superior de alunos ao recomendado. Acompanhemos:

Compreende-se que, por mais vontade e mais activo que seja o professor, a sua actividade não poderá, certamente, attender a número superior a esse, que já não é pequeno e d'isso resultariam duas desvantagens: uma, para o professor, que soffrerá physica e moralmente, porque desprenderá grande somma de energia, multiplicando-se, estafando-se, e não colhendo os fructos desejados, isto é, o aproveitamento esperado dos alumnos, o que lhe aborrecerá, vendo que o seu esforço e canceira foram improficuos, e d'ahi o seu soffrimento tambem moral, a outra, para os escolares que soffrerão no ponto de vista physico pelos prejuizos decorrentes de um grande número de alumnos agglomerados em recinto pequeno, e pouco aproveitarão, porque o professor não pode despende com cada um maior espaço de tempo, para que pudesse attender a todos. Isto não lhes trará, como ao professor, abatimento moral, porque não têm ainda a intuição nitida para d'isso arrazoar. Mas que ha desvantagem é evidente. (JORGE, 192: 26 – 27. Grifos meus).

Moscoso (1930), por sua vez, afirmava que um ponto controvertido, de máxima importância e que não poderia ser esquecido era o da orientação propriamente do prédio, a sua situação. Deveria ser construído num ponto elevado, evitando-se ladeiras íngremes e longas, que pudessem ocasionar canseiras na sua ascensão. Para essa orientação era preciso atender a direção dos ventos, de modo a ter-se um prédio que não fosse batido por correntes perigosas de ar durante os invernos. Todavia deveria ser completamente arejado e fresco, o que garantiria a sua salubridade. Do mesmo modo deveríamos colocá-lo numa posição em que se apanhasse bem para o interior das suas dependências o máximo dos raios solares, forte elemento saneador, que nunca se deveria desprezar. E ressaltou ainda a autora,

Sob o aspecto hygienico, é o da illuminação da escola. Luz diffusa em distribuição regular. As classes devem recebel-a pela face lateral esquerda, de forma que não incidindo directa e intensamente sobre os orgãos visuaes do alumno, não lhe produza sombras nos livros, escurecendo-les as paginas para o que precisaria excessiva accuidade ou esforço o que traria a canceira da vista. (MOSCOSO, 1930: 9).

Constava ainda na tese que os edifícios escolares deveriam ter gabinetes dos diretores, sala de vestuário ou antessala, onde os alunos pudessem guardar os chapéus, capas, galochas e guarda-chuvas, quartos com aparelhagem sanitária conveniente, aos quais são indispensáveis sifões e caixas de descargas, lavatórios higiênicos, filtros, a fim de se fornecer aos alunos água expurgada de germes, água que também fosse fervida, uma vez que havia grandes epidemias provocadas pelo tifo.

A questão da água era considerada importantíssima. Por isso, as escolas deveriam possuí-la em abundância. “Não tratamos aqui de minucias quanto à montagem dos aparelhos destinados a guarda-la, assim como distribuí-la, tudo higienicamente. Também era da maior importância uma área em cada escola para o recreio dos alunos.” (MOSCOSO, 1930: 10).

Deveria o grupo escolar ter uma área vasta, arejada, plana, com arborização e jardim onde poderiam se realizar a educação física, a ginástica sueca, e os exercícios respiratórios, considerados imprescindíveis para o bom funcionamento dos pulmões e, conseqüentemente, para a manutenção da saúde dos alunos. Ao lado do espírito desenvolvido pelas lições do mestre, o corpo também deveria ser alentado, fortalecido com as práticas do esporte moderado. Era ainda necessário que a escola tivesse um galpão para os mesmos exercícios nos dias chuvosos. Tudo isso apenas para as escolas frequentadas pelos alunos externos, pois os internatos requereriam outras dependências, tais como: os refeitórios, os dormitórios, os quartos de banho e as enfermarias (MOSCOSO, 1930: 10-11). Esses estabelecimentos deveriam de preferência ser construídos nos arrabaldes ou em ruas ou praças amplas e bem arejadas, sendo-lhes indispensáveis jardins, grandes áreas para exercícios, campo para “foot ball” e outros jogos. (MOSCOSO, 1930: 11).

Em sintonia com as orientações das teses de medicina, estava o Regimento dos grupos escolares e das escolas isoladas de Pernambuco. Constava no referido documento que as salas de aula deveriam ser pintadas ou caiadas, levemente coradas de amarelo, de azul ou de róseo. A limpeza das salas de aula bem como a desinfecção dos aparelhos sanitários e dos pátios dos recreios deveria ser feita diariamente. (PERNAMBUCO, 1928b: 10-11).

Ainda em relação às prescrições e normatizações que foram destinadas à construção de escolas higienizadas, especialmente os grupos escolares, passamos a tratar mais particularmente sobre a arquitetura escolar. Ressaltamos que a construção de escolas que obedecessem a todas as normas e prescrições demandava altos custos para o poder público. Assim, o primeiro grupo escolar foi avaliado em cem contos de réis (100:000\$000). Precisaria também de uma verba de dez contos de réis (10:000\$000) para mobiliário e material técnico, um conto e duzentos mil réis (1:200\$000), para o diretor, igual quantia para o porteiro-zelador e um conto de réis (1:000\$000), para o servente. Portanto, estes foram os custos para a criação do primeiro grupo escolar em Pernambuco.

Na mesma época a situação dos prédios escolares era problemática, pois o estado dispunha de um número insuficiente para atender a necessidade da população⁷. Pernambuco possuía apenas 27 prédios destinados às suas escolas, alguns dos quais careciam de sérios reparos. Os reparos para esses prédios representavam a soma de 533:300\$000 no orçamento do estado. No Recife existiam apenas cinco escolas funcionando em prédios próprios, quais sejam: a Escola Domingos Theotônio, em Santo Amaro; a Escola Maciel Pinheiro, no bairro da Encruzilhada; a Escola Martins Junior, no bairro da Torre (que depois foi transformado em grupo escolar); a Escola Silva Jardim, no bairro Monteiro e a Escola Pinto Damaso, na Várzea. Escreveu o inspetor:

Todas as demais escolas funcçionam em casas alugadas sem as condições exigidas ao fim a que se propõem. Falta-lhes area proporcional á Matrícula, hygiene, localização adequada à população etc. Mesmo que na capital se encontram as escolas em predios improprios, acanhados, não havendo meio de substitui-los, já porque não existem outros na circumscripção, já por ser insufficiente a verba consignada para os alugueis. (PERNAMBUCO, 1917: 10).

Segundo o inspetor, a questão dos prédios escolares não era muito diferente de qualquer outro tipo de habitação, uma vez que deveria ser considerado o seu destino e o número de indivíduos que iriam ocupá-los. Era, então, necessário considerar a natureza das crianças, a quantidade e pureza do ar, as suas dimensões físicas, além do asseio e do serviço sanitário etc. Assim, ele afirmava que era de importância capital a solução para esse problema, mesmo com sacrifício de outros serviços públicos, porque *“a instrução não se faz sem grande capital, mas em compensação o governo de um povo instruido pode reduzir as suas despesas de hygiene, de assistencia, de força publica, etc”*. (PERNAMBUCO, 1917: 10).

Desde a segunda metade do século XVIII encenaram-se os debates em torno dos espaços para a fixação dos “tempos escolares” destinados ao ensino elementar ou de primeiras letras. Todavia, foi somente no final do século seguinte que esta realidade se concretizou no Brasil. Isso ocorreu primeiramente em São Paulo, com a criação do primeiro grupo escolar e, depois se espalhou para os diversos Estados brasileiros. (FARIA FILHO; VIDAL, 2003). Arelada à preocupação com os espaços escolares estava a discussão sobre os preceitos higiênicos que o ambiente escolar deveria apresentar. Essa discussão se intensificou na primeira metade do século XX, ampliando as preocupações com as construções dos prédios, dos pátios, da conformidade do espaço interno das salas de aula – respondendo às regras de iluminação, circulação de ar, mobiliário, disposição do mobiliário para a educação do aluno – condizente com os preceitos da higiene, conforme discutido anteriormente neste estudo.

Os *“templos de civilização”* (SOUZA, 1998), os *“palácios”* (FARIA FILHO, 2000), e as *“vitrines da República”* (SILVA, 2006), deveriam representar também a modernidade e o progresso por meio da educação. Nesse sentido, criar um grupo escolar tinha um significado simbólico muito maior que a criação de uma escola isolada, cuja precariedade mais se assemelhava às condições das escolas públicas do passado imperial com o qual o novo regime político queria romper. Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades, aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização (SOUZA, 1998). Portanto, a arquitetura escolar pensada naquele momento pretendia negar certos padrões arquitetônicos considerados arcaicos, denominadamente a taipa-de-pilão. A nova moda arquitetônica possibilitava a autoprojeção cultural de uma classe social na modelação da fisionomia urbana, a qual se torna conglomerada, angulosa e envolta em ar cosmopolita. (MONARCHA, 1997:104). Portanto, a arquitetura das escolas primárias deveria representar espaços determinados para a educação da infância e, além disso, demarcar, por meio da distribuição dos sujeitos – crianças e profissionais – lugares e ações específicas a cada um deles. Para o referido autor as construções escolares ou adaptações realizadas em prédios para o seu funcionamento representavam *“o melhor edifício de uma determinada região da capital ou cidade do interior.”* (MONARCHA, 1997: 230). Nesse mesmo sentido, Souza (1998) menciona que as construções republicanas pretendiam se revestir de muitos grupos escolares, o que nem sempre se deu de modo a representar-se homogeneamente por seus desenhos arquitetônicos. A seguir abordaremos as orientações para a criação e o funcionamento dos grupos escolares no espaço pernambucano.

⁷ A partir do quantitativo de cadeiras existentes em Pernambuco, em 1916, de cada entrância é possível percebermos que o número de escolas não atendia o total da população.

O processo de instalação e funcionamento dos grupos escolares em Pernambuco

Em Pernambuco foi a Lei 1140 de 11 de junho de 1911 que estabeleceu a criação dos grupos escolares (PERNAMBUCO, 1912a). No ano seguinte, isto é, em 1912, a educação foi reformada, resultando no Regulamento do Ensino Público do Estado de Pernambuco, que apontava como o ensino nos estabelecimentos de ensino deveria ser estruturado: *“O ensino primário do estado seria gratuito e leigo, e ficaria a cargo de grupos escolares e de escolas elementares. Art. 22. Ficam creados desde já, dois grupos escolares de seis classes, um para cada sexo (...)”* (PERNAMBUCO, 1912b: 20). Contudo, as fontes com as quais trabalhamos nos informam que os decretos de criação dos primeiros grupos escolares datam de 1922.

Para que estivessem de acordo com os padrões científicos da época era preciso seguir uma série de orientações dos médicos higienistas para a construção do prédio escolar, tais orientações iam desde o tipo de tijolo utilizado para construção do prédio, a cor da parede, o tipo de papel para os cadernos e a arquitetura das escolas.

A primeira instituição desse tipo foi criada pelo Ato nº 271, de 24 de Maio de 1922, na Torre, mais precisamente na Praça da Torre. O Grupo Escolar Martins Junior⁸ inicialmente contava com 6 cadeiras, foi primeiramente dirigido pelo professor José Vicente Barbosa, e o corpo docente era formado por seis professores (PERNAMBUCO, 1923: 63). Segundo o inspetor escolar da 2.ª circunscrição, prof. Deoclécio Cesar de Lima. M. D., em seu relatório apresentado a Anibal G. Fernandes Bruno, Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e Instrução Publica de Pernambuco, no ano de 1924, o ensino no Martins Junior era *“transmitido de accôrdo com a nova orientação pedagógica, faltando-lhe, porém, parte do material didactico e algum mobiliário”*. (PERNAMBUCO, 1924: 138-139).

Em relação à estrutura física, este grupo dispunha de seis salões, um gabinete para o diretor, seis aparelhos sanitários, grandes quadros murais, instalação elétrica, pias, um pavilhão para jogos escolares, ginástica e recreio. Com essa estrutura este estabelecimento *“Tornou-se um dos mais confortavaes do estado”*. (PERNAMBUCO, 1924: 138-139).

Figura 1: Grupo Escolar Estadual Martins Junior, localizado no Bairro da Torre.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano/APEJE, 1923, s.p. (Domínio público).

No relatório elaborado pelo diretor do Grupo Escolar Martins Junior, José Vicente Barbosa, também no ano de 1924, constam os melhoramentos materiais realizados para o bom funcionamento da escola. Segundo este relatório solicitou-se

Ao Secretario da Justiça e Instrução uma série de melhoramentos materiais que se faziam necessários para melhor regularizar o funcionamento das aulas, entre os quais destacava: limpeza geral do prédio; forro para duas salas de aula, afim de que os mestres fossem ouvidos melhor pelos alunos e estes por aqueles; adaptação de um gabinete para a diretoria, provida do respectivo mobiliário; colocação de pedras muraes nas salas de aula, bem como de pias para os alunos levarem as mãos; instalação de luz elétrica, além de reparos diversos no prédio. (PERNAMBUCO, 1924: 169).

⁸ José Izidoro de Martins Júnior nasceu no Recife em dia 24 de novembro de 1860, Foi jornalista, advogado, jurista, político, professor e poeta. Foi também colaborador de vários outros jornais e revistas recifenses. Defendeu, através do *Jornal do Recife*, a candidatura de Joaquim Nabuco para deputado por Pernambuco, pregando a abolição imediata da escravidão. (GASPAR, 2013: s.p.).

Mesmo assim, dizia ele que eram boas as condições do prédio onde funcionava o referido Grupo Escolar, pois a administração do Estado na época não tinha poupado esforços para melhorar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, adaptando-os convenientemente, segundo as prescrições relativas à higiene escolar. Entretanto, dois melhoramentos ainda eram necessários: um pavilhão para exercícios de ginástica e um muro que limitasse o quintal do prédio, que era provido de uma cerca nativa, porém insuficiente e constituída de uma espécie de vegetal nocivo à vista. Provido de um muro, a área que servia para recreio dos alunos poderia ser arborizada, a fim de oferecer-lhes mais conforto. A argumentação para a construção do muro era a melhoria de condições do recreio. Pois,

Todos nós sabemos a importancia do recreio onde a creança contrabalança o dispendio de energia gasta com o trabalho intelectual, encontrando, além de um repouso para o espirito fatigado, distrações com diversos jogos onde ella manifesta e revela as suas disposições e aptidões. (PERNAMBUCO, 1924: 169-170).

Nesse sentido, o diretor se reportava a Herbert Spencer, que se referia aos jogos infantis colocando-os como superiores à ginástica, afirmando que os exercícios espontâneos eram sempre os melhores, *“pois os movimentos regulares naturalmente menos diversos do que os que resultam dos exercícios livres, não asseguravam uma repartição igual de atividades entre todas as partes do corpo”*. (PERNAMBUCO, 1924: 170).

Assim como os demais grupos escolares pernambucanos, o Martins Junior recebia com frequência visitas das autoridades educacionais, que além da inspeção dos aspectos físicos, higiênicos e pedagógicos, também recebeu *“36 visitas feitas pelo médico escolar e as visitadoras do Departamento de Saude e Assistencia, que effectuaram o cadastro de Grupo e organizaram as fichas dos alumnos, serviços de grande valor pedagogico.”* (PERNAMBUCO, 1924: 173).

No que se refere às visitas médicas especificamente, mencionava-se que a intervenção do médico na obra da educação era indispensável, não só sob o ponto de vista higiênico e profilático, mas ainda sob o ponto de vista educativo, ou seja, *“sem o conhecimento scientifico da natureza physica e psychica da creança é falha a obra educativa.”* (PERNAMBUCO, 1924:173 - 174). Assim, era sabido que os múltiplos problemas que se relacionavam com o estudo científico da criança, não estavam todos resolvidos, porém, aplicando-lhes os processos científicos de observação e experimentação, seriam determinadas as bases de uma nova educação. Contudo, para que isso acontecesse era preciso que os professores tivessem conhecimentos dos estudos médicos e que cada criança possuísse uma caderneta escolar para que se registrassem as observações médicas, *“a fim de que por uma hygiene physico-psychica possa o mestre assegurar-lhe a evolução normal do corpo e do espírito”*. (PERNAMBUCO, 1924: 174).

O segundo grupo escolar pernambucano a ser criado foi o João Barbalho⁹ que funcionou inicialmente *“numa dependência do Gymnasio Pernambucano, em local impróprio, fora de mão e nas proximidades da escola normal, (...) precisamente na parte posterior com entrada pela rua da União”, no Bairro da Boa Vista*. (PERNAMBUCO, 1924: 178). Foi criado pelo Ato nº 324, de 2 de Junho de 1922, com 6 cadeiras. Helena Pugô foi a sua primeira diretora. (PERNAMBUCO, 1923: 62). *“Apezar de contar com salões de proporções avantajadas, o Grupo achava-se mal collocado porquanto o era em localidade afastada do centro habitado e sem que podesse contar com população escolar apreciavel nas suas proximidades”*. (PERNAMBUCO, 1924: 178).

A partir de 19 de outubro de 1923 o Grupo Escolar João Barbalho passou a funcionar no imponente prédio onde ficava o antigo Departamento de Saúde e Higiene. Ele foi completamente reformado e adaptado e após desapropriação por utilidade pública passou a abrigar *“um estabelecimento de instrução primaria que honra a nossa cultura e o nosso progresso.”* (PERNAMBUCO, 1923: 4). A seguir apresentamos uma imagem do prédio do referido estabelecimento.

⁹João Barbalho Uchoa Cavalcanti era natural de Serinhaem, interior de Pernambuco e nasceu em 13 de junho de 1846. Formou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1867. Após exercer por algum tempo (1868 a 1872) a advocacia forense, foi nomeado Promotor Público do Recife e pouco tempo depois foi nomeado Curador-Geral de Órfãos. Sua carreira como Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de Pernambuco, foi iniciada em 1873, cargo exercido durante 16 anos. Como era comum em sua época circulou por diversos espaços de poder na província, ocupando lugares de mando. (BEZERRA, 2010).

Figura 2: Grupo Escolar Estadual João Barbalho, Bairro da Boa Vista - Recife.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano/APEJE, 1923, s.p. (Domínio público).

Em poucos anos o Grupo Escolar João Barbalho conseguiu conquistar a confiança dos habitantes do Bairro da Boa Vista que passaram a considerá-lo um estabelecimento modelar. Assim, esse grupo escolar tornou-se o modelo de organização escolar no Estado de Pernambuco. Nele também passou a funcionar o Jardim de Infância Virgínia Loreto. (PERNAMBUCO, 1924).

Outro grupo escolar também criado em 1922, foi o Grupo Escolar Maciel Pinheiro¹⁰, localizado no Bairro da Encruzilhada. Esse também não funcionou em um prédio projetado. Na realidade, segundo relatório de 20 de dezembro de 1924 ele passou por várias reformas e grandes melhoramentos. Nesse sentido, ele encontrava-se em boas condições higiênicas. (PERNAMBUCO, 1924).

Os documentos por nós consultados fornecem alguns indícios de que o referido prédio, já em 1914, funcionava como escola, uma vez que naquele ano havia ocorrido uma visita realizada pelos representantes da Diretoria da Educação à escola localizada no bairro da Encruzilhada. Tal fato foi relatado e publicado na *Gazeta Pedagógica*, “*órgão*” destinado ao professorado de Pernambuco, ou seja, era um “*hebdomadário literário, noticioso*”. Acompanhemos o relato:

Num dos primeiros dias desta semana, às 12 horas galgamos a portinhola do comboio de Olinda, alli na Aurora, e nos dirigimos a Encruzilhada.

Chegamos que fomos, caminhamos em direcção ao grupo escolar Maciel Pinheiro, situado no populoso e saudavel suburbio do feitosa, tão decantado pelos seus habitantes.

Logo de longe, divisamos na vasta extensão do terreno onde é construído Grupo, bandos de creanças que alegres e satisfeitas sob o brando e tepido calor do sol, á sombra de bellos specimens de nossa flora. Se esqueciam por alguns momentos das lides escolares.

Lestos transpuzemos o portão e atravessamos a arca que separa do edificio.

Ahi, a entrada, uma pequena nos recebeu e nos conduziu a sala a direita, onde funciona a aula da professora D. Alcina Leal, que lhanamente nos recebeu e muito obsequiosa se dignou de nos mostrar todo o edificio

Confessamos francamente a nossa admiração do tudo quanto vimos e apreciamos. (GAZETA PEDAGÓGICA, 1914: 14).

¹⁰ Luís Ferreira Maciel Pinheiro nasceu na Paraíba, no dia 11 de dezembro de 1839, filho do português Braz Ferreira Maciel Pinheiro e de Margarida Maciel Pinheiro. Passou a morar no Recife e, em 1860, ingressou na Faculdade de Direito. Ele exerceu os seguintes cargos: juiz substituto, no Recife; juiz de Direito em Taquaritinga e Timbaúba (Pernambuco), juiz de Direito no Ceará e no Pará. Maciel Pinheiro foi eleito para ocupar a cadeira número 22 da Academia Pernambucana de Letras. Participou da direção do jornal *A Província* e com José Mariano, criou o jornal *O Norte*, dando continuidade à luta em prol do abolicionismo. Devido à malária adquirida e aos problemas decorrentes dessa enfermidade, Maciel Pinheiro faleceu no dia 9 de novembro de 1899, faltando apenas seis dias para vivenciar a tão sonhada Proclamação da República. (VAINSENER, 2013).

O relato dizia ainda que o Grupo Escolar Maciel Pinheiro fora construído na administração do Governador Dantas Barreto (1911-1915), e que o estabelecimento possuía todos os requisitos exigidos pelos modernos preceitos pedagógicos. Contava com salas amplas, fartamente iluminadas de acordo com o regulamento de higiene. O mobiliário das salas onde funcionavam as aulas era novo e bom, prestando-se convenientemente ao fim a que era destinado, tendo sido importado dos Estados Unidos. O Grupo Escolar Maciel Pinheiro era *“um estabelecimento aonde o aluno a par da instrução que recebe vivifica seus pulmões com o ar puro que nellas entra em abundancia.”* (GAZETA PEDAGÓGICA, 1914: 14). A seguir apresentamos uma imagem da fachada da escola com crianças na frente.

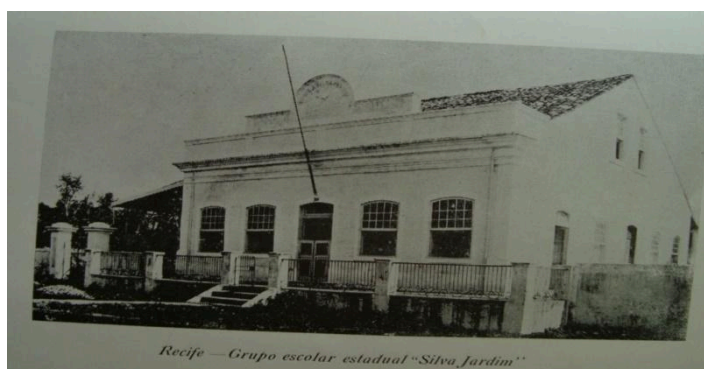
Figura 3: Grupo Escolar Maciel Pinheiro, localizado no Bairro da Encruzilhada –Recife.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano/APEJE, 1923, s/p. (Domínio público).

Naquele mesmo ano, ou seja, em 1922, pelo Ato nº 325, de 3 de Junho, foi criado o Grupo Escolar Silva Jardim no Bairro do Poço da Panela, com 6 cadeiras. Todavia, sobre ele não encontramos maiores informações, apenas que o seu Diretor era o Bel. Joaquim da Rocha Pereira, com um quadro docente formado pelas professoras Aurelinda de Gusmão Menna da Costa, Thereza das Neves Gomes de Mendonça, Anna Constança da Silva Alves, Helena Gomes de Mendonça e Maria de Lourdes Rabello, e tinha como zelador o Sr. José Ferreira da Silva. (PERNAMBUCO, 1923). Temos também, abaixo, uma fotografia de sua fachada:

Figura 4: Grupo Escolar Silva Jardim, localizado no Bairro Poço da Panela.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano/APEJE, 1923, s.p. (Domínio público).

Na capital pernambucana, ainda na década de 1920, foi criado o Grupo Escolar Amaury de Medeiros¹¹, fundado em 18 de outubro de 1924, no Bairro de Afogados. Este Grupo Escolar, segundo o anuário de ensino do ano de 1924, aglutinou em seu prédio uma dupla conquista, isto é, pedagógica e arquitetônica, porque,

Reintegramos esse grandioso estilo tradicionalista no lugar que de direito lhe cabe na arte de construir entre nós: esse tão simpático estilo colonial luso-brasileiro que tão bem corresponde aos nossos hábitos e tão bem se casa com a nossa paisagem e tão bem se adapta a um passado que temos de amparar e defender contra a crise de cosmopolitismo dispersivo que nos ameaça. (PERNAMBUCO, 1924: 119).

Na ocasião da inauguração do referido Grupo Escolar o seu patrono, ou seja, aquele que foi homenageado dando o seu nome à esta instituição escolar, proferiu um discurso, do qual aqui reproduzimos alguns fragmentos:

Meus senhores:

Eu sei que a muitos fará mal o meu nome esculpido no frontão deste edifício e como tenho sinceramente esgotado quase toda a minha modestia vida de médico em tentativas de fazer bem, preferia muito sinceramente que de mim ficasse apenas aqui o esforço obstinado de todos os dias para que essa obra se realizasse como prova dos desvelos que deve ter a administração pelas crianças e como demonstração de que os edifícios públicos elevados com economia devem primar pelo bom gosto antes que pelo luxo.

[...]

O meu nome esculpido não importa na solidez do edifício, com ele ou sem ele a casa ficará de pé e as crianças poderão continuar a receber aqui as primeiras e decisivas sugestões da vida, nas linhas de suas cartilhas e as primeiras e decisivas impressões dos homens no entrechoque dos primeiros interesses. Mesmo sem o meu nome receberão aqui as crianças de nossa terra as primeiras revelações da eterna beleza nas linhas ingenuas desta graciosa arquitetura colonial. E este grupo será sempre um atestado de que houve uma época em que as crianças de Recife mereceram todos os desvelos (PERNAMBUCO, 1924: 120 - 122).

O Grupo Escolar Amaury de Medeiros contava ainda com pátios para jogos, exercícios físicos e educação física com barras, trapézios etc. De um lado existia um canteiro com “ótimos legumes”: alface, couve, nabos, rabanetes, tomates, coentro entre outros. Os alunos do terceiro e quartos anos do primeiro turno eram encarregados de cuidar da horta. Todo o pátio era cercado por árvores verdes e frondosas. É possível perceber alguns desses detalhes na imagem da fachada que abaixo.

Figura 5: Grupo Escolar Amaury de Medeiros.

¹¹ O médico sanitarista Amaury de Medeiros nasceu no Recife, no dia 7 de dezembro de 1893, numa casa situada no bairro de Parnamirim, filho do professor Bianor de Medeiros e de Maria Cândida Góes Loreto de Medeiros, da família do desembargador Góes Cavalcanti. Foi aluno do [Ginásio Pernambucano](#) no curso secundário e bacharelou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, sendo o orador da sua turma. Em 1917, chefiou os serviços clínicos da Cruz Vermelha Brasileira e foi professor de uma cadeira no Curso de Enfermagem da instituição. Um ano depois foi eleito Secretário Geral da entidade e nomeado para o cargo de diretor do seu hospital, quando então teve sob sua responsabilidade enfrentar uma grande epidemia de gripe que assolou o País. De 1922 a 1926, durante o governo de [Sérgio Loreto](#) (de quem era genro), foi nomeado para o cargo de diretor do Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco (DAS). Criou a Inspetoria e o Corpo de Visitadores da Saúde; foi um dos pioneiros nas soluções para o problema dos mocambos do Recife. Amaury de Medeiros foi eleito deputado federal, transferindo-se, definitivamente, para o Rio de Janeiro, em princípios de 1927. Como parlamentar, apresentou um projeto criando o Ministério de Saúde e Assistência. (GASPAR, 2013: s.p.).



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano/APEJE, 1924:128. (Domínio público).

No piso inferior localizavam-se três grandes salas destinadas ao primeiro e segundo anos. Um aprazível terraço ligava essa parte do grupo a um enorme salão para os alunos do jardim da infância. Nesse terraço encontravam-se dois gabinetes sanitários para os alunos maiores e outros dois próprios para os pequeninos, de 4 a 6 anos, além de duas pias e dois bebedouros. Deste salão passava-se para a enfermaria e para um gabinete das professoras. Todas as salas eram consideradas muito arejadas, com sete janelas cada uma, o que favorecia a entrada de luz e ar. A seguir apresentamos uma imagem da fachada do prédio do Grupo Escolar Amaury de Medeiros com crianças na frente do prédio. É possível perceber a presença de crianças negras nesta imagem, como é o caso da última criança da fila, a que está logo abaixo da janela.

Foto 6: Grupo Escolar Amaury de Medeiros – Jardim da infância.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano/APEJE (Domínio público).

O jardim de infância deste grupo dispunha de dez janelas e duas portas, sendo uma para o terraço e outra para a saída dos pequeninos na hora do recreio, que dava destino em direção aos tanques de areia que serviam para recreio e estudo. O grupo dispunha ainda de sala de Arte culinária, Museu escolar, Escotismo¹² (onde também funcionavam as aulas de modelagem e marcenaria). Além dos grupos escolares mantidos pelo Estado de Pernambuco, também existiam aqueles que foram criados e mantidos pelo município do Recife conforme podemos observar nas imagens que se seguem:

Figura 7 Grupo Escolar Municipal Wenceslau Braz, Recife.

¹² Não podemos deixar de mencionar que a partir da década de 1930 o escotismo foi utilizado por Getúlio Vargas como elemento fundamental para o aperfeiçoamento da raça.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano/APEJE (Domínio público).

Figura 8: Grupo Escolar Municipal Manoel Borba, Localizado no Bairro da Boa Vista, Recife.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano/APEJE (Domínio público).

Localizamos algumas imagens do Grupo Manoel Borba em ambientes internos. A primeira retrata um grupo de alunos na biblioteca e a segunda uma reunião do clube literário da escola, como pode ser observado a seguir.

Figura 9: Grupo Escolar Manoel Borba – Biblioteca infantil.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano/APEJE (Domínio público).

A partir da realidade dos grupos aqui abordados é possível perceber que as orientações higiênicas estavam presentes desde a localização do prédio escolar e se propagavam pelo cotidiano, sobretudo nas inspeções escolares, momentos em que as crianças eram examinadas pelos médicos, enfermeiras e até dentistas com o intuito de garantir a saúde dos mesmos como veremos a seguir.

Orientações higiênicas nos grupos escolares de Pernambuco

Sabemos que, baseados nos ideais higiênicos os médicos brasileiros buscavam transformar o Brasil numa nação civilizada e para isso precisavam resolver o *problema da degeneração social, moral, intelectual* que acreditavam existir e impedir o progresso tão necessário a dita civilização. Nesse sentido, Schwarcz, (1995: 198) afirma que a mestiçagem era compreendida como responsável pela produção de um tipo híbrido, inferior física e intelectualmente. Tomada como sinônimo de degeneração não só racial como social, era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade e, posteriormente, se definiram programas de melhoramento da raça. Ao saber médico atribuiu-se, progressivamente, o papel de tutorar e sanear a nacionalidade; para o cumprimento desta “missão”, os médicos assumiram uma postura na maioria das vezes marcadamente autoritária e violenta em suas intervenções. Segundo um dos lemas do período – “*Prevenir, antes de curar*” – os males deveriam ser erradicados antes mesmo de sua manifestação.

Para que a lei 1140 de 1911 fosse plenamente cumprida foi necessário realizar uma Reforma mais abrangente regulamentando e normatizando como deveriam se efetivar as novas práticas pedagógicas, especialmente aquelas relacionadas com a problemática do higienismo nas escolas pernambucanas. Assim, para além dos tradicionais funcionários que se ocupavam em controlar e inspecionar o funcionamento das escolas, tais como o inspetor geral, os inspetores escolares e os delegados de ensino, foi instituída em 1912 a atividade do médico escolar. As atividades e obrigações do médico escolar foram reiteradas na reforma que viria a ocorrer em 1926 por conta da Reforma idealizada pelo médico Ulysses Pernambucano.

Esse profissional deveria ser um dos “*commisarios da Hygiene*” cuja tarefa era exercer a inspeção médica escolar. Era designado pelo Inspetor e deveria atuar na 4ª entrância, quer nos estabelecimentos públicos, quer nos particulares. Nas demais entrâncias o serviço de inspeção médica seria executado pelos comissários dos respectivos distritos. A esses médicos se incumbiu, além do serviço de vacinação e revacinação, enfim, de tudo mais que se referisse à higiene escolar. (PERNAMBUCO, 1912b: 18-19).

O mestre precisava ser parceiro do médico no que concernia às inspeções higiênicas, apesar de também ser alvo dos processos de higienização presentes nas escolas. A parceria prevista no regulamento entre o médico e o professor nos reporta aos discursos de Carneiro Leão e de Ulysses Pernambucano, quando afirmavam que a pedagogia e a medicina deveriam caminhar juntas para o sucesso de uma educação higiênica.

Além do médico, outro cargo criado em 1923 foi o de visitadoras. Trata-se de enfermeiras que deveriam prestar assistência à inspeção médico-escolar, cuja função seria zelar pela saúde dos escolares. Para essa atividade deveriam ser aproveitadas aquelas que já atuavam no Departamento de Saúde e Assistência e ficaram incumbidas de:

- a) trabalhar nas escolas ou fora dellas sob a orientação e direcção da inspecção medica;
- b) visitar as familias dos escolares visando, não só um conhecimento mais exacto da hereditariedade dos alumnos e os meios em que elles vivem, mas tambem aconselhar e guiar os paes na pratica dos bons habitos hygienicos. (PERNAMBUCO, 1928: 11).

Além das medidas gerais de higiene que deveriam ser observadas na construção da casa escolar, era necessário observar rigorosamente as medidas de higiene destinadas particularmente à classe, isto é, à sala das aulas, pois era consenso unânime entre os autores que discutiam higiene na época, que as salas de aulas tivessem a forma retangular.

O número de alunos que aí tinham de reunir-se deveria ser estipulado e submeter-se sempre a um calculo, “*a proporção entre os alunos, e a dimensão do recinto onde vão ficar, e, para logo, se percebe as vantagens que advêm d'essas observações, no duplo ponto de vista hygienico e pedagogico.*” (JORGE, 1924: 26). As salas deveriam abrigar confortavelmente um grupo de 40 alunos¹³ e deveriam ter 62m² para que cada aluno dispusesse de 1m e 25c e tenha uma cubagem de 5 metros. Os higienistas achavam que a cubagem não poderia ser menor que 6 metros. (MOSCOSO, 1930).

Entre a metodologia e as orientações que deveriam ser adotadas nas escolas no período em 1929 destacamos as seguintes:

¹³ Segundo os documentos por nós consultados havia um grande debate sobre o número ideal de alunos para cada sala de aula, os franceses admitiam 50, os americanos 40 para as classes inferiores e 50 para as demais classes. Já os alemães, belgas, suíços, italianos defendiam 40 por classe. Todavia, alguns higienistas no Brasil propunham a redução para apenas 30 alunos para cada sala de aula.

[...] Ora, para conhecer a vocação dos alunos, é necessário individualizar a educação até onde for compatível com o ensino colectivo. O melhor professor é o que conhece os seus alunos. Para isso:

[...] b) Fazer classes separadas para alunos normaes, subnormaes (mentalmente debeis, atrasados, repetentes, faltadores) e super-normaes (muito inteligentes).

c) dividir as classes elementares em secção A, B, C, D, de modo que, as aptidões dos alunos apresentem poucas divergencias em cada secção.

d) conhecer a physionomia interior de cada alumno, seu modo de ser característico; estudar os typos mentaes: visuaes, auditivos, motores, imaginativos, repetidores, reflexivos, logicos, estheticos, egoistas, altruistas, euphoricos, bonachões, depressivos, voluntariosos, abulicos (PERNAMBUCO, 1929: 5).

A separação dos alunos em normais, subnormais e supernormais, regulamentada pelo estado pernambucano nos indica a consonância dos ideais e preceitos higienistas que foram tão amplamente estudados e difundidos pelos intelectuais, como é o caso de Ulysses Pernambucano. A proposta desse médico para higienizar as escolas incluía a exclusão das crianças com moléstias contagiosas, e dos ditos anormais, para não prejudicar o desenvolvimento das crianças normais. Para tanto, a psicologia e a sociologia foram aliadas dos profissionais envolvidos com a educação, como foi o caso dos médicos escolares, das enfermeiras visitadoras e dos próprios professores para verificar o estado físico, mental e moral das crianças que frequentavam as escolas no período estudado.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir dos dados apresentados pudemos perceber que os grupos escolares foram considerados como modelo de organização escolar republicano e foram tomados como palco para a difusão, experimentação e efetivação de práticas originárias do pensamento higienista que estava em processo de consolidação no Brasil. Assim, a medicina se utilizou de argumentos científicos que recobriam um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para o seu funcionamento.

Para higienizar a escola e, conseqüentemente, a sociedade era preciso que a educação e a medicina atuassem juntas no sentido de salvar a nação e a pátria brasileira que queriam sadia e regenerada.

Em Pernambuco a criação dos primeiros grupos escolares, o Martins Junior e o João Barbalho, se deu tardiamente, se comparado com os demais estados brasileiros, datam de 1922 apesar da existência de uma lei estabelecendo a criação desse tipo de estabelecimento escolar em 1911. Entre as orientações higiênicas para essas escolas vimos que não só os alunos deveriam ser examinados por médicos, enfermeiras, dentistas mas as professoras também deveriam ser inspecionadas quanto a saúde. Para isso, chamamos a atenção para um documento importante, a caderneta escolar utilizada para o registro de todas as observações médicas das crianças que frequentavam os grupos escolares “*afim de que por uma hygiene physico-psychica possa o mestre assegurar-lhe a evolução normal do corpo e do espírito*”. (PERNAMBUCO, 1924: 174). Entre os maiores higienistas locais destacaram-se Ulysses Pernambucano, Carneiro Leão e Aníbal Bruno responsáveis pelas reformas que objetivavam resolver o *problema racial brasileiro*, propondo, entre outras coisas, a formação de turmas homogêneas.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. *Grupos escolares em Sergipe, 1911-1930: cultura escolar, civilização e escolarização da infância*. Natal, RN: EDUFRN, 2009.
- BEZERRA, Rozélia. *Higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2010.
- ELIAS, Norberto. O processo civilizador. 2ª ed. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, v. 1. 1994.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar urbana em Belo Horizonte na primeira república*. Passo Fundo, RS: UPF, 2000.

GASPAR, Lúcia. *Martins Júnior. Pesquisa Escolar Online*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 25 nov. 2013.

JORGE, Aloysio da Silva Lima. *Higiene Escolar (cadeira de Higiene)*. (Tese apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia). Grau de doutor em Medicina. Bahia: Livraria e Typ do Comercio. Salvador, BA, 1924.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da Infância no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez, Bragança Paulista: USF-IFAN, 1997, p.101-139.

MOSCOSO, Dinorah Bittencourt. *A Higiene na escola (cadeira de hygiene)* These apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, defendida publicamente para obter o grau de doutora em Sciencias Medico-cirurgicas. Salvador, BA, 1930.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, SP: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PERNAMBUCO, Estado de. Lei 1140 de 11 de junho de 1911. *Leis do Estado de Pernambuco do anno de 1911*. Typ. do Diario de Pernambuco, Recife, PE, 1912a.

PERNAMBUCO, Estado de. *Regulamento do Ensino Publico Estadual de Pernambuco*. Typographia do Jornal do Recife,, Recife, PE, 1912b.

PERNAMBUCO, Estado de. *Relatório* do Inspector escolar da segunda circunscrição, apresentado ao exmo. Dr. Anibal G Fernandes Bruno, M. D. Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e Instrução Publica de Pernambuco. Recife-PE, 1924.

PERNAMBUCO, Estado de. Programas de ensino das escolas primárias. In: PERNAMBUCO, Estado de. Secreclia de Estado dos Negocios da Justiça e da Instrução Pública. *Anuario do Ensino do Estado de Pernambuco*. anno de 1923. Oficinas Graphicas da Petinenciaria do Recife. Recife,PE, 1923.

PERNAMBUCO. Estado de. *Organização da Educação no estado de Pernambuco (justificação, lei organica e commentarios, opiniões de associações e da imprensa)*. Imprensa Oficial. Recife, PE, 1928a.

PERNAMBUCO, Estado de. *Gazeta Pedagógica*. orgao do professorado de Pernambuco, Hebdomadario literario, noticioso e independente. Recife: Oficinas Graphicas do “DIARIO DE PERNAMBUCO”, 1914.

PERNAMBUCO, Estado de. Instrução Pública de Pernambuco. *Relatório* apresentado ao exm. Sr. Dr. Antonio Vicente de Andrade Bezerra, secretario geral do estado, pelo inspector geral da instrução pública, bacharel Olyntho Victor. Relativo ao período de 1 de julho de 1915 a 30 de junho de 1916. Pernambuco, Imprensa official do Estado. 1917.

PERNAMBUCO, Estado de. *Reforma da instrução. Regimento Interno dos grupos escolares e das escolas Isoladas do Estado de Pernambuco*. Recife, 1928b.

PERNAMBUCO, Estado de. Instrução Publica de Pernambuco. Diretoria técnica de educação. *Planos de aula de aritmética*. (números) pelo prof. José Ribeiro Escobar. Imprensa Oficial, Recife, PE, 1929.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Grupos escolares na Paraíba: iniciativas de modernização escolar (1916-1922). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Mercado de Letras, Campinas, SP 2006, p.109-140.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. Companhia das Letras, São Paulo, SP, 1998.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 341- 376.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, SP, 1998. (Prismas).

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e pesquisa* [On-line] 1999, 25 (jul.-dez.): **vol. 25, nº 2, pp. 127-143.**

VAINSENER, Semira Adler. *Praça Maciel Pinheiro. Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 16/12/2013.

VICENTE, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação da UFMG, nº 33, jun/2001, p. 7- 47.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil* (1893-1971). Mercado de Letras, Campinas, SP, 2006.

NOTA